

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.129.014 - RS (2017/0160120-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **RGB DO BRASIL LTDA**
ADVOGADO : **ROSIQUEL SIMONE BONATO E OUTRO(S) - RS064828**
AGRAVADO : **BANCO DO BRASIL SA**
ADVOGADO : **MARCELO CAVALHEIRO SCHAURICH E OUTRO(S) - RS034012**

DECISÃO

Trata-se de agravo nos próprios autos (CPC/2015, art. 1.042) contra decisão que negou seguimento ao recurso especial em virtude da incidência das Súmulas n. 284 do STF e 7 do STJ (e-STJ fls. 309/314).

O acórdão recorrido está assim ementado (e-STJ fl. 239):

EMBARGOS À EXECUÇÃO. NEGÓCIOS JURÍDICOS BANCÁRIOS. CONTRATO DE CÂMBIO. CERCEAMENTO DE DEFESA. AFASTADO. PERÍCIA CONTÁBIL. DESNECESSIDADE. ABERTURA DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS. FACULDADE DO JUIZ.

- Revisão das cláusulas contratuais em embargos à execução. Possibilidade.
- Reconhecimento da abusividade das cláusulas contratuais não retira a liquidez, certeza e exigibilidade do título, bastando adequar a execução aos limites impostos pela revisão judicial.

- Nas operações de câmbio, o deságio consiste na remuneração da instituição financeira que presta o serviço de câmbio. A cobrança do deságio, por si só, não caracteriza abusividade do contrato. Para tanto, faz-se necessária a demonstração de que o deságio estipulado no contrato supera em muito aquele regularmente praticado no mercado de câmbio. Caso em que verificada a abusividade dos juros, porquanto muito acima da média de mercado da época da contratação.

- Desde que pactuada, é possível a capitalização mensal de juros em contratos bancários celebrados após o advento da Medida Provisória n. 1.963- 17/2000. Caso em que não há previsão de capitalização mensal nos contratos de câmbio.

- Constatada a abusividade dos encargos previstos para o período de normalidade do contrato, resta descaracterizada a mora. Orientação emanada pelo Superior Tribunal de Justiça, nos moldes do art. 543-C do Código de Processo Civil (REsp. n. 1.061.530/RS).

- Desde que prévia e expressamente pactuada, limitada ao somatório da taxa média de mercado, juros de mora de 1% ao mês e multa de 2% do valor da prestação é admissível a cobrança de comissão de permanência. Vedada a cobrança de outros encargos - moratórios e remuneratórios - concomitantemente à comissão de permanência.

- É cabível a repetição simples dos valores que tenham sido indevidamente cobrados, independentemente da prova de erro ou de má-fé por parte do banco. Enunciado n. 322 da Súmula do STJ.

- É possível a contratação de financiamento do Imposto sobre Operações Financeiras e de Crédito (IOF).

AGRAVOS RETIDOS E APELO DA PARTE EMBARGANTE DESPROVIDOS. APELO DA PARTE EMBARGADA PROVIDO EM PARTE. UNÂNIME.

Os embargos de declaração opostos foram rejeitados (e-STJ fls. 272/275).

Nas razões do recurso especial (e-STJ fls. 278/295) fundamentado no art. 105, III, "a", da CF, a agravante apontou ofensa aos arts. 330, I, 364, § 2º, 485, I e IV, e 803, I, do

CPC/2015, 6º, VIII, 39, 51 e 52 da Lei n. 8.078/1990 e à Súmula n. 121 do STF. Sustentou, em síntese: (a) cerceamento de defesa, pelo julgamento antecipado da lide sem a realização de prova pericial e de apresentação de memoriais, (b) inépcia da inicial, visto que o título executado carece de liquidez, certeza e exigibilidade, (c) não constituição da mora, e (d) impossibilidade de incidência da capitalização anual dos juros, diante da omissão a respeito do encargo no contrato celebrado.

No agravo (e-STJ fls. 316/333), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Sem contraminuta (e-STJ fl. 335).

É o relatório.

Decido.

Sobre a suposta afronta à Súmula n. 121 do STF, segundo a jurisprudência deste Tribunal, é incabível a interposição de recurso especial com fundamento em violação de súmula, por não se enquadrar no conceito de lei federal, a teor do que dispõe o art. 105, III, da CF.

A respeito do alegado cerceamento de defesa e da inépcia da inicial por faltar ao título os requisitos legais, verifica-se a pretensão do reexame do conjunto fático-probatório dos autos, mormente quando o Tribunal de origem assim se manifestou sobre os temas (e-STJ fls. 245/249):

Da perícia contábil e do alegado cerceamento de defesa Antes de tudo, convém relembrar que, por força do art. 130 do Código de Processo Civil de 1973, vigente à época da instrução do feito, caberá ao juiz, de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou meramente protelatórias.

De fato, o magistrado é o destinatário da prova, sendo-lhe dado determinar ou dispensar a produção de provas que entenda imprescindíveis ou inúteis ao deslinde da controvérsia, conforme se extrai dos arts. 1303, 1314 e 3305 do CPC de 1973.

(...)

No caso em comento, a lide versa sobre relação contratual que independe de prova pericial para a averiguação das pretensões expostas na inicial de embargos, bastando, para tanto, a confecção de mero cálculo aritmético.

De fato, encontram-se presentes elementos suficientes para a formação da convicção do julgador acerca dos pedidos deduzidos em juízo.

Resta, portanto, afastado o alegado cerceamento de defesa, não havendo nulidade da sentença por julgamento antecipado do feito.

Deve, outrossim, ser desprovido o agravo retido interposto no pertinente (fl. 140).

(...)

Da ausência de inépcia da petição inicial do feito executivo - do preenchimento dos requisitos do título executivo Ao contrário do alegado pela parte embargante, não padece o título de iliquidez e incerteza, na medida em que os documentos acostados às fls. 18-26 se mostram suficientes para instruir a pretensão executiva. Com efeito, a inicial do feito executivo não é inepta. Tanto é verdade que a parte executada conseguiu se insurgir em relação aos valores pretendidos em execução, lançado mão dos embargos pertinentes.

Não há, assim, falar em iliquidez ou incerteza do título executivo, que preenche os requisitos legais para embasar o pleito executivo.

Dissentir dessa conclusão é inviável no âmbito do recurso especial, haja vista o impedimento da Súmula n. 7/STJ.

No tocante ao alegado cerceamento de defesa por falta de apresentação de memoriais, a jurisprudência desta Corte possui entendimento segundo o qual cabe ao magistrado verificar a necessidade de memoriais ou de alegações finais após a instrução probatória e indeferir a abertura de prazo para sua apresentação, pois trata-se de uma faculdade e não de um dever, desde que não ocorra algum prejuízo efetivo à parte, o que não se demonstrou na causa.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. APRESENTAÇÃO DE MEMORIAIS. NULIDADE AFASTADA. NÃO OCORRÊNCIA DE PREJUÍZO. PAS DE NULLITÉ SANS GRIEF. DESAPROPRIAÇÃO. APLICAÇÃO. DL 3.365/41. INDENIZAÇÃO. REQUISITOS. JUSTA INDENIZAÇÃO. NECESSIDADE DE REVISÃO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. SÚMULA 7/STJ.

1. Esta Corte firmou entendimento no sentido de que a ausência de apresentação de memoriais (art. 454, § 3º, do CPC), não invalida o trâmite processual, excepcionando-se hipótese de prejuízo para o recorrente, o que não foi demonstrado no presente caso. Tal posicionamento se justifica pela aplicação do brocardo *pas de nullité sans grief*, segundo o qual, como sabido, não há nulidade sem demonstração de prejuízo. Precedentes. Súmula 83/STJ.

(...)

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AgRg no AREsp n. 622.013/RS, Relator Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 24/2/2015, DJe 3/3/2015.)

No caso, a Corte de origem afirmou que a parte recorrente não apontou qualquer prejuízo decorrente da ausência de abertura de prazo para a apresentação dos memoriais (e-STJ fl. 249).

Divergir desse entendimento demandaria a análise de elementos de provas, esbarrando o recurso, uma vez mais, no impedimento da Súmula n. 7/STJ.

A respeito da apontada impossibilidade de capitalização de juros de forma anual, ante a falta de previsão contratual, tem-se que o tema debatido no recurso especial não foi apreciado pelo Tribunal de origem, tampouco os embargos de declaração opostos trataram do referido tema.

Portanto, ausente o prequestionamento da matéria, incide o teor das Súmulas n. 282 e 356 do STF.

Por fim, a recorrente carece de interesse recursal quando busca ver reconhecido que a mora não foi constituída, visto que o seu pedido foi acolhido pela instância de origem (e-STJ fl. 254).

Diante do exposto, **NEGO PROVIMENTO** ao agravo.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 28 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator